



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE RIO MARIA

C A P A

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2022-000007

Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO

Data: 17 de Fevereiro de 2022 - Horário: 09:00

Objeto: Locação de imóvel para o funcionamento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, deste Município.

VENCEDOR(ES) DO CERTAME

JAMIR GOULART DE SOUZA, com o valor total de R\$ 19.250,00(Dezenove Mil, Duzentos e Cinquenta Reais).

Ofício nº 0110/SEMMA

Rio Maria – PA, 15 de fevereiro de 2022.



Ilma. Senhora

Janiele Soares Silva

Chefe do departamento de Licitações


Assunto: Solicitação de contrato de locação de imóvel.

Com os cumprimentos de praxe, venho por meio deste solicitar que seja realizado o contrato de locação de imóvel para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Rio Maria/PA. Sendo, que o imóvel deverá ter no mínimo 09 (nove) cômodos, com as seguintes especificações: 02 (dois) banheiros e 07 (sete) cômodos, no valor estimado de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente não conta com prédio próprio, portanto, há extrema necessidade de locação de um imóvel para atender os cidadãos riomarienses e suprir essa demanda.

Na oportunidade, aproveitamos para apresentar a Vossa Senhoria nossa estima e consideração.

Cordialmente,


Isnaldo Alves Silva
Secretário Municipal de
Meio Ambiente
Decreto Nº 004/2021


Janiele Soares Silva
Pregoeira
Portaria Nº 831/2022



SOLICITAÇÃO DE DESPESA Nº 20220215002

Pag.: 1

Estado do Pará
Governo Municipal de Rio Maria
Prefeitura Municipal de Rio Maria

ÓRGÃO : 16 Fundo Municipal de Meio Ambiente

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA : 10 Fundo Municipal de Meio Ambiente

PROJETO / ATIVIDADE : 2.129 Manutenção da Secretária Municipal de Meio Ambie

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA : 3.3.90.36.00 Outros serv. de terceiros pessoa física

SUBELEMENTO : 3.3.90.36.15 Locação de imóveis

Submetemos à apreciação de Vossa Senhoria a relação do(s) item(ns) abaixo discriminado(s) necessário(s) a Locação de imóvel para o funcionamento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, deste Município, para qual solicitamos as providências necessárias.

Justificativa : Justifica-se a seguinte contratação devido a Secretaria Municipal de Meio Ambiente não conta com prédio próprio, portanto, há extrema necessidade de locação de um imóvel para atender os cidadãos riomarienses e suprir as suas demandas.

Código	Descrição	Quant	Unidade	Vi. Estimado
115589	LOCAÇÃO DE IMÓVEL P/ O FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ME AMBIENTE <i>Especificação: O imóvel deve possuir as seguintes especificações: 02 (dois) banheiros e 07 (sete) cômodos</i>	11,0000	MÊS	2.000,00

Rio Maria, 15 de Fevereiro de 2022
Isnaldo Alves Silva
Secretário Municipal de
Meio Ambiente
Decreto Nº 004/2021

ISNALDO ALVES SILVA
RESPONSÁVEL



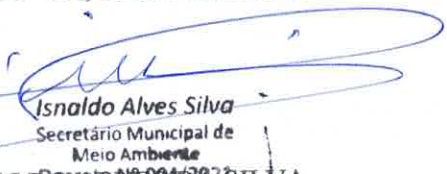
Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE RIO MARIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO MARIA



DESPACHO

Ao Setor Administrativo para providenciar pesquisas de preços e prévia manifestação sobre a existência de recursos orçamentários para cobertura das despesas, com vistas ao atendimento do presente processo para Locação de imóvel para o funcionamento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, deste Município.

RIO MARIA - PA, 15 de Fevereiro de 2022


Isnaldo Alves Silva
Secretário Municipal de
Meio Ambiente

ISNALDO ALVES DA SILVA
Secretário Municipal de Meio Ambiente
Decreto nº 004, 01 de janeiro de 2021



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE RIO MARIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO MARIA



DESPACHO

A(o) Ilm^o(a) Sr.(a)
ISNALDO ALVES DA SILVA

Em atendimento ao Art. 7º, § 2º, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, informamos a Vossa Senhoria a existência de crédito orçamentário para atender as despesas com Locação de imóvel para o funcionamento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, deste Município.

A despesa será consignada à seguinte dotação orçamentária: Exercício 2022 Atividade 18.122.0010.2-129 - Manutenção da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Classificação Econômica 3.3.90.36.00.00 - outros serviços de Terceiros - Pessoa Física.

RIO MARIA - PA, 15 de Fevereiro de 2022

Darlaine Aparecida dos S. Costa
Diretora de Dpto. de Contabilidade
Fundo Mun. de Meio Ambiente e Turismo
Decreto Nº 043/2021


Setor Responsável

Avenida Rio Maria, nº 660, Centro, CEP: 68530-000, Rio Maria-PA
CNPJ: 04.144.176/0001-78
Celular: (94) 99165-0735 E-mail: licitacao.riomaria@gmail.com



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE RIO MARIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO MARIA



DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
(Inciso II, Art. 16, Lei Complementar nº 101/2000)

OBJETO: Locação de imóvel para o funcionamento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, deste Município.

Na qualidade de ordenador de despesas do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO MARIA, declaro, para os efeitos do inciso II do artigo 16 da Lei Complementar nº 101 - Lei de Responsabilidade Fiscal, que a despesa acima especificada possui adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) e com a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO).

RIO MARIA - PA, 15 de Fevereiro de 2022


Isnaldo Alves Silva

Secretário Municipal de
Meio Ambiente

ISNALDO ALVES DA SILVA

Secretário Municipal de Meio Ambiente
Decreto nº 004, 01 de janeiro de 2021



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE RIO MARIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO MARIA



AUTORIZAÇÃO

Na qualidade de ordenador de despesas, autorizo a presente contratação de um Locação de imóvel para o funcionamento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, deste Município., nos termos da requisição anexa, e instauro o presente processo administrativo com base no art. 24, inciso X da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

RIO MARIA - PA, 15 de Fevereiro de 2022

ISNALDO ALVES DA SILVA
Secretário Municipal de Meio Ambiente
Decreto nº 004, 01 de janeiro de 2021



Comissão Permanente de Licitação

DESPACHO

Da: Comissão Permanente de Licitação


Para: Departamento de Cadastro e Tributos

Através do presente encaminhamento em anexo a V. Sa., o processo licitatório n.º 012/2022-000007, exarado pelo Ilmo. Sr. INSNALDO ALVES DA SILVA, Secretário Municipal de Meio Ambiente, onde solicita procedimentos administrativos para Locação de imóvel para o funcionamento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, deste Município.

Encaminhamos o processo para avaliação de preço praticado no mercado local com a finalidade de local o imóvel.

Sem mais para o momento, aguardamos o **Laudo de Avaliação** para seguimento do processo.

Rio Maria-PA, 15 de fevereiro de 2022.


MARCO ANTONIO LAGE ROLIM
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Portaria n.º 830, 01 de Janeiro de 2022

LAUDO DE VISTORIA E AVALIAÇÃO DE IMÓVEL



UMA CASA RESIDENCIAL CONSTRUÍDA DE MATERIAL PISO DE CERAMICA E TIJOLOS.

DESCRIÇÃO DA EDIFICAÇÃO DO IMÓVEL

AREA TOTAL DO LOTE MEDINDO DE FRENTE 10M X 20M DE LATERAL PERFAZENDO UM TOTAL DE 200M² (DUZENTOS METROS QUADRADOS).

ÁREA EDIFICADA DO IMÓVEL

AREA CONSTRUÍDA MEDINDO DE FRENTE 9.60M X 17M DE LATERAL.

- 01 – TELHAS DE BARRO COMUM
- 02 – OITO CÔMODOS
- 03 – DOIS BANHEIRO EM PERFEITA CONDIÇÕES DE USO
- 04 – NOVE PORTAS DE MADEIRA E UMA DE BLINDEX
- 05 – PISO DE CERAMICA
- 06 – FORRADA DE MADEIRA E GESSO
- 07 – UMA DISPENÇA
- 08 – UMA COZINHA
- 09 – UMA JANELAS DE VIDRO E CINCO JANELAS DE BLINDEX
- 10 – UM PORTÃO DE FERRO
- 11 - ENERGIA BIFASICO
- 12 – UMA GARAGEM.



CONTINUAÇÃO DO LAUDO DE VISTORIA E AVALIAÇÃO DE IMÓVEL

DESCRIÇÃO DO TERRENO:

UMA ÁREA DE TERRA URBANA, CONSTITUÍDA PELO LOTE Nº 09 NA QUADRA 32, SITUADA NO 2º SETOR LOCALIZADA NA AV 14 Nº 842 CENTRO, NESTA CIDADE DE RIO MARIA NO ESTADO DO PARÁ, MEDINDO 10M (DEZ METROS) DE FRENTE POR 20M (VINTE METROS NAS LATERAIS) PERFAZENDO UM TOTAL DE 200M2 (DUZENTOS METROS QUADRADOS),

VALE RESSALTAR QUE O IMÍVEL ACIMA FOI AVALIADO EM R\$ 350,000,00 (TREZENTOS E CINQUENTA MIL REAIS).

RIO MARIA 17 DE FEVEREIRO DE 2022.

PRÉSIDENTE DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO:

IRISONES LOPES DE OLIVEIRA

MEMBROS DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO:

RUFINO BRASIL NETO

DIVINO PEREIRA BRITO

RONY NOGUEIRA DA SILVA

AVN=14
COD=0000
SEC=0107-D

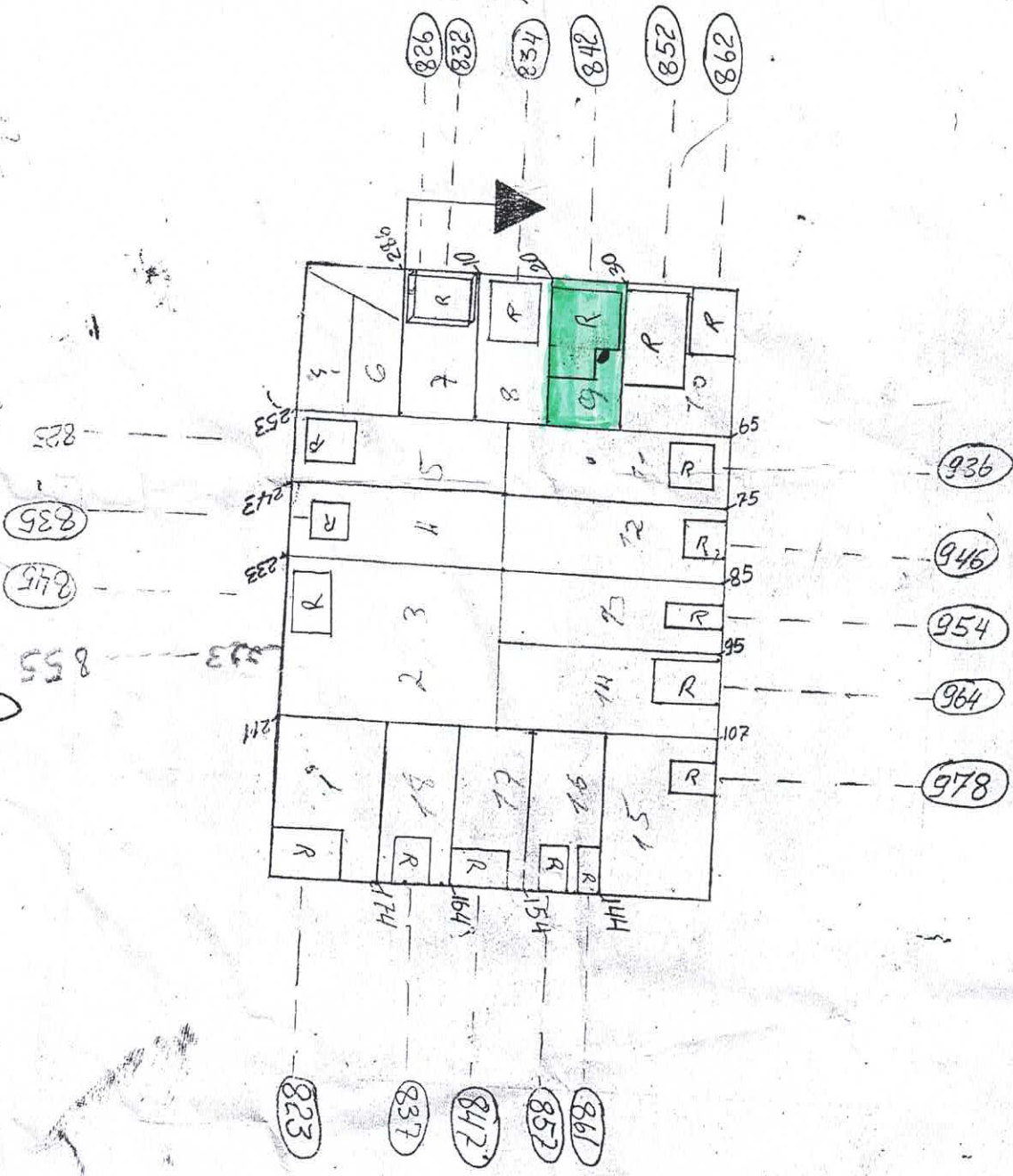
AVN-14

DIGITADO



AVN=302

AVN=07
RUA=07



RUA=07



ESTADO DO PARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO MARIA

PORTARIA Nº. 081, DE 15 DE JANEIRO DE 2021.

Constitui a comissão de avaliação de bens Imóveis para realizar os procedimentos de levantamento, reavaliação, redução ao valor recuperável dos ativos, depreciação, amortização dos bens do Município de Rio Maria-PA e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE RIO MARIA, ESTADO DO PARÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E NOS TERMOS DO ART. 97, IX E XII, (Atos privativo do Prefeito Municipal), da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º - Fica Constituída a Comissão de Avaliação Patrimonial dos Bens Imóveis do Município de Rio Maria - PA, com a finalidade de realizar os procedimentos de levantamento, reavaliação, redução ao valor recuperável dos ativos, depreciação e amortização.

Art. 2º - A Comissão será composta por 04 (quatro) servidores, sendo 01 (um) Presidente e 03 (três) membros, pertencentes ao quadro de servidores desta Prefeitura Municipal, a seguir:

Presidente	IRISSONES LOPES DE OLIVEIRA	RG n.º 480.905-5 / PA	CPF n.º 745.455.072-04
Membro	DIVINO PEREIRA BRITO	RG n.º 172.692.2 / PA	CPF n.º 300.247.902-06
Membro	RONY NOGUEIRA DA SILVA	RG n.º 546.653-6 / PA	CPF n.º 531.537.402-59
Membro	RUFINO BRASIL NETO	RG n.º 163.099-6 / PA	CPF n.º 244.439.131-49

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a primeiro de janeiro de dois mil e vinte um.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.
Gabinete do Prefeito, 15 de janeiro de 2021.


MARCIA FERREIRA LOPES
Prefeita Municipal

Avenida Rio Maria – Centro – Rio Maria - Pará
CNPJ: 04.144.176/0001-78

Publicado na FAMEP em 15/01/2021
Por Raimundo Coelho Lopes
Código Identificador: 521E76CE
Conforme Lei Municipal n.º 651/2011



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE RIO MARIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO MARIA



PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2022-000007

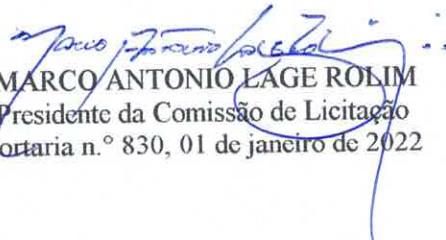
DATA DE ABERTURA: 17 de Fevereiro de 2022 **HORÁRIO:** 09:00

REQUERENTE: Fundo Municipal de Meio Ambiente

AUTUAÇÃO

Hoje, nesta cidade, na Sala da Comissão de Licitação, AUTUO o processo licitatório que adiante se vê, do que para constar, lavrei este termo. Eu, MARCO ANTONIO LAGE ROLIM, Presidente da Comissão de Licitação, o subscrevo.

RIO MARIA - PA, 17 de fevereiro de 2022.


MARCO ANTONIO LAGE ROLIM
Presidente da Comissão de Licitação
Portaria n.º 830, 01 de janeiro de 2022



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO MARIA
Governo Municipal



Portaria n.º 830 de 14 de janeiro de 2022.

Nomeia Membros da Comissão Permanente de Licitações para assuntos da Prefeitura Municipal de Rio Maria-PA, e dá outras providências.

A Prefeita do município de Rio Maria-PA, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica:

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam designados os Servidores abaixo discriminados para, sob a presidência do primeiro e a vice-presidência do segundo, integrarem, pelo prazo legal, a contar da publicação desta Portaria, a Comissão Permanente de Licitações para assuntos da Prefeitura Municipal de Rio Maria-PA, que terá por finalidade o processamento de Licitações nas Modalidades de Convite, Tomada de Preços e Concorrência, atinentes aos Órgãos da Estrutura Administrativa da Prefeitura:

I – Membros Titulares:

- a) **Marco Antônio Lage Rolim**, funcionário efetivo, investido no em comissão de Secretário Municipal Adjunto de Governo e Planejamento;
- b) **Janiele Soares Silva**, investida no cargo em comissão de Diretora do Departamento de Licitações;
- c) **Marinalva Belício dos Santos**, funcionária efetiva, investido no cargo em comissão de Diretora do Departamento de Licitações.

II – Suplentes:

- a) **Aline Michelle Dantas da Silva Costa**, investida no Cargo em comissão de Secretária Adjunta de Administração e Desenvolvimento;
- d) **Jardel Sampaio Mota**, funcionário efetivo, investido no cargo em comissão de Secretário Municipal de Governo e Planejamento;

§ 1º. A investidura dos atuais Membros da Comissão Permanente de Licitações é de 01 (um) ano, compreendendo o período de 01 de janeiro de 2022 à 01 de janeiro de 2023.

§ 2º. Os membros da Comissão Permanente de Licitações para assuntos da Prefeitura de Rio Maria-PA poderão recorrer a Pareceres de Técnicos Especialistas, sempre que julgar necessário.

Art. 2º. Fica delegada competência à Comissão Permanente de Licitações, vedada à subdelegação, para o âmbito dos Órgãos vinculados a Administração Pública Municipal, observada as disposições legais e regulamentares, especialmente a manifestação prévia e indispensável do Órgão de Assessoramento Jurídico, praticar os seguintes atos:



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO MARIA
Governo Municipal

I - receber o projeto básico/termo de referência, devidamente autorizado pela autoridade superior, escolhendo a modalidade a ser adotada, em conformidade com os critérios previstos na Lei nº 8.666/93, formando o processo administrativo licitatório;
II – elaboração dos Instrumentos Convocatórios;
III – datar e assinar os Instrumentos Convocatórios,
IV – receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às Licitações das Secretarias Municipais.

Art. 3º. A função da Comissão Permanente de Licitações compreende a expedição dos Instrumentos Convocatórios, recebimento, exame e julgamento de todos os documentos e propostas de preços relativos às Licitações.

Art. 4º. Só será admitida nas áreas de atribuição da Prefeitura, a criação de uma única Comissão Permanente de Licitação.

§ 1º. O Presidente será substituído em seus impedimentos ou afastamentos legais pelo Vice-Presidente.

§ 2º. Os Suplentes só serão convocados nos impedimentos ou afastamentos legais dos Titulares.

§ 3º. Sem prejuízo do disposto no art. 113 da Lei nº 8.666/93, junto à Comissão Permanente de Licitações, poderá atuar o representante do Controle Interno com a atribuição de auditar e fiscalizar os procedimentos administrativos, financeiros e contábeis que consubstanciem os Processos de Licitações.

Art. 5º. Os membros da Comissão Permanente Licitações serão substituídos anualmente, de modo que a sua composição fique alterada por rodízio nos termos do art. 51, § 4º, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Art. 6º. A Secretaria Municipal de Administração e Planejamento dará suporte administrativo necessário para a atuação dos Membros da Comissão Permanente de Licitações para assuntos da Prefeitura de Municipal de Rio Maria-PA.

Art. 7º. Fica a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento autorizada a dirimir eventuais dúvidas na aplicação do disposto nesta Portaria, podendo, se necessário expedir atos complementares à sua execução.

Art. 8º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos à data de 01 de janeiro de 2022, revogando as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se e cumpra-se.

Rio Maria-PA, 14 de janeiro de 2021.


Marcia Ferreira Lopes
Prefeita de Rio Maria-PA



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE RIO MARIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO MARIA



PROCESSO ADMINISTRATIVO DE DISPENSA

A Comissão de Licitação do Município de RIO MARIA, através do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO MARIA, consoante autorização do(a) Sr(a). ISNALDO ALVES SILVA, Secretário Municipal de Meio Ambiente, vem abrir o presente processo administrativo para Locação de imóvel para o funcionamento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, deste Município.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente Dispensa de Licitação encontra-se fundamentada no art. art. 24, inciso X, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, conforme diploma legal abaixo citado:

Art. 24 - É dispensável a licitação:

I - OMISSIS

X - "para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;"

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

O presente processo administrativo tem por objeto suprir as necessidades do Município de RIO MARIA, atendendo à demanda da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO MARIA, com fulcro no art. 24, inciso X, da Lei n.º 8.666/93, em obediência ao Princípio da Continuidade do Serviço Público, que por sua vez, viabiliza a contratação em comento, tornando o caso em questão, dentro das exigências requeridas por este dispositivo.

A escolha recaiu sobre um imóvel urbano localizado na Av. 14, nº 842, Centro, nesta cidade, tendo como proprietário o Sr. Jamir Goulart de Souza, após ser vistoriado o imóvel foi considerado adequado, pois atende as necessidades da administração, está bem localizado na área central deste município.

Considerando que o imóvel oferece espaço amplo, ventilado, com acessibilidade e com suas instalações elétricas e sanitárias em bom estado de conservação e de boa localização, salas suficientes que possam atender todas as necessidades desejadas.

Avenida Rio Maria, nº 660, Centro, CEP: 68530-000, Rio Maria-PA
CNPJ: 04.144.176/0001-78
Celular: (94) 99165-0735 E-mail: licitacao.riomaria@gmail.com



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE RIO MARIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO MARIA




JUSTIFICATIVA DO PREÇO

A escolha da(s) proposta(s) mais vantajosa(s), foi(ram) decorrente de uma prévia pesquisa de mercado de imóveis, o que nos permite inferir que os preços encontram-se compatível com a realidade mercadológica.

Face ao exposto, a contratação pretendida deve ser realizada com JAMIR GOULART DE SOUZA, no valor unitário de R\$ 1.750,00 (mil setecentos e cinquenta reais), acarretando o valor global de R\$ 19.250,00 (dezenove mil, duzentos e cinquenta reais), para o período de 11 (onze) meses, levando-se em consideração a melhor proposta ofertada, conforme documentos acostados aos autos deste processo.

RIO MARIA - PA, 17 de Fevereiro de 2022


MARCO ANTONIO LAGE ROLIM
Presidente da Comissão de Licitação
Portaria nº 830, 01 de janeiro de 2022

CESSÃO DE DIREITOS



CESSÃO DE DIREITOS DE CONTRATO DE COMPROMISSO DE COMPRA E
VENDA DE IMÓVEL EM RIO MARIA PA

Pelo presente instrumento particular de Cessão de Direitos e transferência de Contrato de
Compromisso de Compra e Venda, eu/nós abaixo assinado/s FRANCISCO FELIX DE SOUZA, brasileiro
ro, casado, comerciante residente e domiciliado em Rio Maria Pará, portador
NOME, DOMICÍLIO, PROFISSÃO E ESTADO CIVIL DO/S VENDEDOR/ES
093.566.732-68, Identidade nº 155.655.

~~RESERVAMOS~~
CEDO/EMOS E TRANSIRO/IMOS, como de fato cedido e transferido tenho/mos ao/s senhor/es: JAMIR GOU-
LART DE SOUZA, brasileiro, casado, barbeiro, residente e domiciliado na Rua
NOME, DOMICÍLIO, PROFISSÃO E ESTADO CIVIL DO/S COMPRADOR/ES
23 nº 821, em Rio Maria Pa, portador do C.P.F. nº 183.821.262-00.

~~RESERVAMOS~~
todos os direitos que me/nos assistem sobre o Compromisso de Compra e Venda de um lote nº 09 lo
calizado no Setor Urbano de Rio Maria, quadra 32, 2º Setor, Av. 14 casa 360
DESCRIÇÃO E CARACTERÍSTICAS DO/S IMÓVEL/IS E RESPECTIVA/S BENFEITORIA/S (SE AS HOUVER) - ÁREAS - LIMITES ETC.
medindo 10 metros de frente por 20 metros de fundos, contendo uma casa resi-
dencial de tábuas, coberta de telha, piso.

pelo preço justo e contratado de CR\$ 20.000,00 (vinte mil cruzados) x:x:x:x:x:x:x:x:x:x
x:x:x:x:x:x:x:x:x:x x:x:x:x:x:x:x:x:x:x: do que do qual dou/amos quitação ao/s
comprador/es já mencionado/s. O/s comprador/es assume/s a responsabilidade do pagamento das prestações
ainda devidas sobre o imóvel ora transferido e a partir da _____
outras condições ou particularidades desta Cessão: A VISTA.

E por assim estar/mos contratado/s assino/amos a presente Cessão de Direitos, juntamente
com as testemunhas abaixo.

RIO MARIA, 04 de Setembro de 1986

X Francisco Felix de Souza
Francisco Felix de Souza

X Maria Ferreira de Souza
ASSINATURA DA ESPÓSA DO VENDEDOR

TESTEMUNHAS: _____

Prefeitura Municipal de Conceição do Araguaia

EXERCICIO DE 1974..



ESTADO DO PARÁ

IMPOSTO

Emolumentos	Cr\$ 500
Taxa de Arromamento	" 500
Taxa de Habimento	" 500
EXP. de hab.	" 200
Total	Cr\$ 1700

N.º 812

No livro esta repartição fica debitado ao tesoureiro pela

quantia de doze Cruzinos
 que recebeu do Sr. Maria dilunel Carneiro Carneiro
 proveniente de lucro lote no 44 quadra 68 na R. Ped. n. 1
geral de fundo no povoado Rio Maria

Represente as Taxas em anexo EXP. de hab.

Consoante lançamento n.º a fls. do livro do imposto respectivo
 Prefeitura Municipal de Conceição do Ar. 18 de Novembro de 1974

Mundo Carneiro
 TESOUREIRO
 CFE do loteamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO MARIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO MARIA CNPJ: 04144176000178

AV. RIO MARIA, Nº 660 - CENTRO

Extrato por Cadastro Dt Referência: 12/11/2021 Módulo: 1 - IMOBILIÁRIO VERIFICAR DIVIDAS RELACIONADAS Cadastros: '001010320030001', Listar parcelas(s) com exigibilidade suspensa

Data Emissão:	12/11/2021
Hora:	15:35:17
Exercício:	2021
Usuário:	SONIA
Página(s):	4 de 4

Contribuinte: JAMIR GOULART DE SOUZA

CPF/CNPJ: 183.821.262-00

Endereço: AVENIDA 14, Nº 00842 Comple: CEP: 68530000 Bairro: CENTRO

Sêtor: 01 Quadra: 32 Lote: 09 Matrícula: 01010320030001 Cadastro: 001010320030001

Exercício: 2020 Código da Dívida: 182062

Mod	Tipo Receita	Vencimento	Par	NNum	Processos					Valor Pago	Movimento	Pagto/Canc	Conta	Lote	Susp	Prot	Ex	Situação						
					Valor Desconto	Correção	Multa	Juros	Honorário										A Pagar					
1	1	15/06/2020	0	229729	136,74	0,00	0,00	41,02	10,94	0,00	0,00	188,70	27/01/2021	27/01/2021	1	1	N	N	PAGO NO EXERCÍCIO					
Sub-Total:					136,74	0,00	0,00	41,02	10,94	0,00	0,00	188,70												
Exercício: 2021 Código da Dívida: 193679																								
Mod	Tipo Receita	Vencimento	Par	NNum	Processos					Valor Desconto	Correção	Multa	Juros	Honorário	A Pagar	Valor Pago	Movimento	Pagto/Canc	Conta	Lote	Susp	Prot	Ex	Situação
1	1	10/06/2021	0	244171	136,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	136,88	27/01/2021	27/01/2021	1	1	N	N	N	N	PAGO NO EXERCÍCIO		
Sub-Total:					136,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	136,88											
Total:					2.042,05	25,53	0,00	191,33	196,92	0,00	0,00	1.299,97												

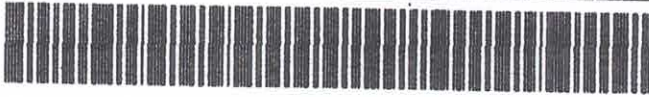


001-9

00190.00009 02901.582003 00166.444174 1 87740000010000

Local de Pagamento RIO MARIA - PA					Vencimento 15/10/2021	
Cedente JC TELECOM SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA CNPJ: 04.955.538/0005-34					Agência/Código Cedente 2517-8/0037372-9	
Data do Documento 08/12/2020	Número do Documento 166444	Espécie do Documento DM	Aceite NÃO	Data do Processamento 18/01/2021	Nosso Número 29015820000166444	
Uso do Banco Carteira 17	Moeda R\$	Quantidade	Valor	(v) Valor do Documento 100,00		
Instruções (Texto de Responsabilidade do Cedente) MULTA DE 2% APÓS O VENCIMENTO COBRAR JUROS DE 0,33% AO DIA					(-) Desconto/Abatimento	
					(-) Outras Deduções	
					(+) Mora/Multa	
					(+) Outros Acréscimos	
					(*) Valor Cobrado	
Sacado JAMIR GOULART DE SOUZA - CPF/CNPJ: 183.821.262-00 RUA 11 1302 MARINGÁ I, Rio Maria - PA / CEP: 68530-000						

Autenticação Mecânica/Ficha de Compensação





PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO MARIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO MARIA
AV. RIO MARIA, 660 - CENTRO - RIO MARIA
CNPJ: 04.144.176/0001-78



CERTIDÃO NEGATIVA DE DEBITOS
DO IMOBILIÁRIO

Cadastro 001010320030001
Inscri o 01010320030001

Proprietário
JAMIR GOULART DE SOUZA

Compromissário
JAMIR GOULART DE SOUZA

Logradouro
AVENIDA - 14

Bairro
CENTRO

Loteamento

Exercicio
2021
CPF/CNPJ
183.821.262-00
CPF/CNPJ
183.821.262-00

Número	Lado	Complemento			
00842					
Cep	Setor	Quadra	Lote	Unidade	
68530-000	01	32	09	1	
Setor (lot.)	Quadra	Lote (lot.)	Unidade	Face de Quadra/Se�o	

�reas				Valores Venais		
Terreno	Edificada	Excedente	Testada	Territorial	Predial	Imóvel
200,00m ²	99,00m ²	0,00m ²	10,00m	R\$ 2.667,78	R\$ 18.566,96	R\$ 21.234,74

CERTIFICO, para os devidos fins, a pedido via internet, que revendo os assentamentos existentes nesta Se o, deles verifiquei constar que o imóvel acima descrito, encontra-se quite com o Erário Municipal, até a presente data, relativamente ao Imposto Predial e Territorial Urbano e Taxas. ATEN O : Fica ressalvado o direito da Fazenda Municipal exigir a qualquer tempo, créditos tributários que venham a ser apurados.

Emitida às 16:36:28 do dia 12/11/2021




Válida até 12/12/2021

Código de Controle da Certidão/Número 7AAA3840B1DC5B7E

Certidão emitida gratuitamente.

Aten o qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



<p>COMISSÃO DE LICITAÇÃO Nº 001/2017 PROCESSO Nº 001/2017 - FASE Nº 01 OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA O LABORATÓRIO DE ANÁLISES QUÍMICAS DO INSTITUTO DE PATOLOGIA DO PARANÁ.</p>			PA A
NOME JOSIE SOUZA DE SOUZA		DOC. IDENTIFIC. / OUT. EMISSOR / UF 339937 SSP/PA	
	CPF 189.821.262-00		DATA REGISTRO 02/08/1962
	ENDEREÇO VARELINO DE SOUZA		
	CILINDRINA STRADA DE S JOZE		
PROFISSÃO ADM		DATA REGISTRO 07/09/1993	
Nº REGISTRO 00233842601		DATA REGISTRO 12/01/2022	
<p>Assinatura</p> <hr/> <p><i>Josie Souza de Souza</i></p>			
NOME RENUSSA, PA		DATA REGISTRO 09/05/2017	
		10065846813 84257131779	
PROCURADOR 1384979072		PARA	

SEMPRE USAR TUDO
 O TELEFONE MARCADO
1384979072

PROCURADOR
1384979072

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Rodovia Augusto Montenegro, km 8,5 | Belém - PA
 CEP 66023-010 | CNPJ 04.895.728/0001-80
 Inscrição Estadual: 15.074.489-3



Tabela Tarifária de Energia Elétrica criada pelo Lei 10.430/02

SUB GRUPO: B1 GRUPO TENSÃO: B TIPO DE FORNECIMENTO: Bifásico
 TIPO DE TARIFA: CONVENCIONAL NÔNOMIA TENSÃO NOMINAL: 127 V - B1 INSTALAÇÃO: 8578532
 CLASSIFICAÇÃO: Residencial Pleno UL/SBQ: R1110895-2270
 SUBCLASSE: RESIDENCIAL NÔNOMIAL

JAMIR GOULART DE SOUZA

AV QUATORZE 843 RLO MARIA 68530-000 RIO MARIA PA
 CPF: 183.821.262-00

Conta Contrato
8578532
857853

Conta mês	Total a pagar	Vencimento
10/2021	R\$ 1.044,03	26/10/2021

Nota Fiscal | Fatura de energia elétrica | Serie B: 00158/981
 Numero da fatura: 020211000158/981 | CIOP: 5258/AA
 Data de Emissão: 19/10/2021

* Períodos: Band. Tarif.: Vermelha : 23,0% - 19/10 * Consulte sua meta de Redução de Consumo através dos nossos canais de atendimento. * Bando Tarifario Escassez Hidrica Out/21 custo adicional de R\$ 14,20 a cada 100 kWh.

Datas das Leituras	Leitura Anterior	Leitura Atual	Nº de Dias	Próxima Leitura
	22/09/2021	19/10/2021	27	18/11/2021

Descrição	Quantidade	Tarifa	Valor
Fornecimento			
Consumo	753	0,7659/0	576,76
Adicional Band. Vermelha			106,92
ICMS			239,38
PTS			6,15
COFINS			28,30
Itens Financeiros			
Cip-Ilum Pub Pref Munic			71,62
Doacao Unicef			14,90

Contributor (R\$)	Nº DIAS FAT	Tributo	Base de Cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Valor (R\$)
ICMS IPTU IPTM IPTC IPTL IPTS IPTT IPTU IPTM IPTC IPTL IPTS IPTT	19/10/2021 19/10/2021 19/10/2021 19/10/2021 19/10/2021 19/10/2021 19/10/2021 19/10/2021 19/10/2021 19/10/2021 19/10/2021 19/10/2021	JCMIS	957,51	25,0000	239,38
		PTS	718,13	0,8557	6,15
		COFINS	718,13	3,9412	28,30

Valor do Fato: 299E773FC75CB/52DEE2366D79E96863

Medidor	Grandezas	Postos horários	Leitura Anterior	Leitura Atual	Const. Medidor	Consumo
03022165	Consumo	Ativo Total	4.829	5.582	1,00	753

Plano de Pagamento	Perdas na Rede	Resolução ANEEL	Data de Emissão	IR de Programa Social
0	0,00 %	2920/21	19/10/2021	

Reaviso de vencimento

Informações para o cliente



Composição do Consumo (R\$)

Compra de Energia	Transmissão	Distribuição	Encargos Setoriais	Perdas	Tributos	Outros
264,11	56,04	225,90	59,20	70,43	273,83	86,52

C. Contrato: 8578532 Data de Emissão: 19/10/2021 V: [1.1.31.4]



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE RIO MARIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO MARIA

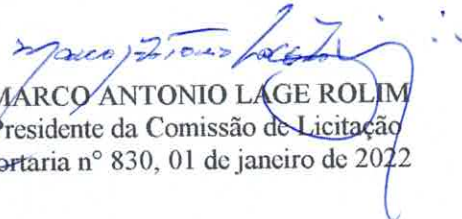


DECLARAÇÃO DE DISPENSA

A Comissão de Licitação do Município de RIO MARIA, através do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO MARIA, considerando tudo o que consta do Processo Administrativo de Dispensa de Licitação nº 012/2022-000007, vem emitir a presente declaração de dispensa de licitação, amparada no art. 24, inciso X, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, visando a Locação de imóvel para o funcionamento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, deste Município., pelo valor unitário de R\$ 1.750,00 (mil setecentos e cinquenta reais), valor global de R\$ 19.250,00 (dezenove mil, duzentos e cinquenta reais).

Assim, nos termos do art.26, da Lei nº 8.666/93, vem comunicar ao Exmo(a). Sr(a). ISNALDO ALVES DA SILVA, Secretário Municipal de Meio Ambiente, da presente declaração, para que proceda, se de acordo, a devida ratificação.

RIO MARIA - PA, 17 de Fevereiro de 2022


MARCO ANTONIO LAGE ROLIM
Presidente da Comissão de Licitação
Portaria nº 830, 01 de janeiro de 2022



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE RIO MARIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO MARIA



CONTRATO Nº 20220019

Pelo presente instrumento de Contrato, de um lado o Município de RIO MARIA, através do(a) FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, CNPJ-MF, Nº 18.016.463/0001-07, denominado daqui por diante de CONTRATANTE, representado neste ato pelo(a) Sr.(a) ISNALDO ALVES DA SILVA, Secretário Municipal de Meio Ambiente, portador do CPF nº 178.236.762-49, residente na Av. 11, esq. com a 12, nº 752, Centro deste município, e do outro lado JAMIR GOULART DE SOUZA, CPF 183.821.262-00, com sede na AVENIDA 14 Nº 360, CENTRO, Rio Maria-PA, CEP 68530-000, de agora em diante denominada CONTRATADA(O), neste ato representado pelo(a) Sr (a). JAMIR GOULART DE SOUZA, residente na AVENIDA 14 Nº 360, CENTRO, Rio Maria-PA, CEP 68530-000, portador do(a) CPF 183.821.262-00, têm justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO CONTRATUAL

- 1.1 - Locação de imóvel para o funcionamento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, deste Município.
- 1.2 - Imóvel localizado na Av. 14, nº 842, Centro de Rio Maria-Pa, CEP: 68530-000.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- 2.1 - Este contrato fundamenta-se no art. 24, inciso X da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e suas posteriores alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ENCARGOS, OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 3.1. Executar o objeto deste contrato de acordo com as condições e prazos estabelecidas neste termo contratual;
- 3.2. Assumir a responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados ao patrimônio do CONTRATANTE ou a terceiros, quando no desempenho de suas atividades profissionais, objeto deste contrato;
- 3.3. Encaminhar para o Setor Financeiro da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO MARIA as notas de empenhos e respectivas notas fiscais/faturas concernentes ao objeto contratual;
- 3.4. Assumir integralmente a responsabilidade por todo o ônus decorrente da execução deste contrato, especialmente com relação aos encargos trabalhistas e previdenciários do pessoal utilizado para a consecução dos serviços;
- 3.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na assinatura deste Contrato.
- 3.6. Providenciar a imediata correção das deficiências e ou irregularidades apontadas pela Contratante;

Avenida Rio Maria, nº 660, Centro, CEP: 68530-000, Rio Maria-PA
CNPJ: 04.144.176/0001-78
Celular: (94) 99165-0735 E-mail: licitacao.riomaria@gmail.com



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE RIO MARIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO MARIA



3.7. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até o limite fixado no § 1º, do art. 65, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA QUARTA - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

4.1. A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

4.2. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual;

4.3. Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto contratual, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;

4.4. Providenciar os pagamentos à Contratada à vista das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas pelo Setor Competente.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

5.1 - A vigência deste instrumento contratual iniciará em 01 de Fevereiro de 2022 extinguindo-se em 31 de Dezembro de 2022, podendo ser prorrogado de acordo com a lei.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

6.1 - Constituem motivo para a rescisão contratual os constantes dos artigos 77, 78 e 79 da Lei nº 8.666/93, e poderá ser solicitada a qualquer tempo pelo CONTRATANTE, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, mediante comunicação por escrito.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1. Em caso de inexecução total ou parcial do contrato, bem como de ocorrência de atraso injustificado na execução do objeto deste contrato, submeter-se-á a CONTRATADA, sendo-lhe garantida plena defesa, as seguintes penalidades:

- Advertência;
- Multa;
- Suspensão temporária de participações em licitações promovidas com o CONTRATANTE, impedimento de contratar com o mesmo, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou penalidade;

7.2. A multa prevista acima será a seguinte:

- Até 10% (dez por cento) do valor total contratado, no caso de sua não realização e/ou descumprimento de alguma das cláusulas contratuais;

Avenida Rio Maria, nº 660, Centro, CEP: 68530-000, Rio Maria-PA
CNPJ: 04.144.176/0001-78
Celular: (94) 99165-0735 E-mail: licitacao.riomaria@gmail.com



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE RIO MARIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO MARIA



7.3. As sanções previstas nos itens acima poderão ser aplicadas cumulativamente, facultada a defesa prévia do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

7.4. O valor da multa aplicada deverá ser recolhida como renda para o Município, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da notificação, podendo o CONTRATANTE, para isso, descontá-la das faturas por ocasião do pagamento, se julgar conveniente;

7.5. O pagamento da multa não eximirá a CONTRATADA de corrigir as irregularidades que deram causa à penalidade;

7.6. O CONTRATANTE deverá notificar a CONTRATADA, por escrito, de qualquer anormalidade constatada durante a prestação dos serviços, para adoção das providências cabíveis;

7.7. As penalidades somente serão relevadas em razão de circunstâncias excepcionais, e as justificadas só serão aceitas por escrito, fundamentadas em fatos reais e facilmente comprováveis, a critério da autoridade competente do CONTRATANTE, e desde que formuladas no prazo máximo de 05 (cinco) dias da data em que foram aplicadas.

CLÁUSULA OITAVA - DO VALOR E REAJUSTE

8.1 - O valor total da presente avença é de R\$ 19.250,00 (dezenove mil, duzentos e cinquenta reais), a ser pago no prazo de até trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento da obrigação, na proporção dos serviços efetivamente prestados no período respectivo, segundo as autorizações expedidas pelo(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO MARIA e de conformidade com as notas fiscais/faturas e/ou recibos devidamente atestadas pelo setor competente, observadas as condições da proposta adjudicada e da ordem de serviço emitida.

Parágrafo Único - Havendo atraso no pagamento, desde que não decorra de ato ou fato atribuível à Contratada, aplicar-se-á o índice do IPCA, a título de compensação financeira, que será o produto resultante da multiplicação desse índice do dia anterior ao pagamento pelo número de dias em atraso, repetindo-se a operação a cada mês de atraso.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 - As despesas contratuais correrão por conta da verba do orçamento do(a) CONTRATANTE, na dotação orçamentária Exercício 2022 Atividade 18.122.0010.2-129 - Manutenção da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Classificação Econômica 3.3.90.36.00.00 - outros serviços de Terceiros - Pessoa Física, ficando o saldo pertinente aos demais exercícios a ser empenhado oportunamente, à conta dos respectivos orçamentos, caso seja necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

10.1 - O presente contrato poderá ser alterado, nos casos previstos no artigo 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse da Administração do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO, BASE LEGAL E FORMALIDADES

Avenida Rio Maria, nº 660, Centro, CEP: 68530-000, Rio Maria-PA
CNPJ: 04.144.176/0001-78
Celular: (94) 99165-0735 E-mail: licitacao.riomaria@gmail.com

Jornal



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE RIO MARIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO MARIA




11.1 - Este Contrato encontra-se subordinado a legislação específica, consubstanciada na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, e, em casos omissos, aos preceitos de direito público, teoria geral de contratos e disposições de direito privado.

11.2 - Fica eleito o Foro da cidade de RIO MARIA, como o único capaz de dirimir as dúvidas oriundas deste Contrato, caso não sejam dirimidas amigavelmente.

11.3 - Para firmeza e como prova de haverem as partes, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo.

RIO MARIA-PA, 17 de Fevereiro de 2022


FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
CNPJ(MF) 18.016.463/0001-07
CONTRATANTE



JAMIR GOULART DE SOUZA
CPF 183.821.262-00
CONTRATADO(A)

Testemunhas:

1. Doriana Gomes Mota

2. Marinaha Belício dos Santos



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE RIO MARIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO MARIA



EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N°.....: 20220019

ORIGEM.....: DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 012/2022-000007

CONTRATANTE.....: FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, CNPJ 18.016.463/0001-07

CONTRATADA(O).....: JAMIR GOULART DE SOUZA, CPF sob o n° 183.821.262-00

OBJETO.....: Locação de imóvel para o funcionamento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, deste Município.

VALOR TOTAL.....: R\$ 19.250,00 (dezenove mil, duzentos e cinquenta reais)

PROGRAMA DE TRABALHO.....: Exercício 2022 Atividade 18.122.0010.2-129 - Manutenção da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Classificação Econômica 3.3.90.36.00.00 - outros serviços de Terceiros - Pessoa Física

VIGÊNCIA.....: 01 de Fevereiro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022

DATA DA ASSINATURA.....: 17 de Fevereiro de 2022



PARECER JURÍDICO

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 012/2022-000007

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO PARA O FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DESTA MUNICÍPIO.

1- RELATÓRIO

Trata-se de parecer jurídico solicitado pela Comissão Permanente de Licitação – CPL, Sr.^a Janielle Soares Silva, à esta Procuradoria para análise emissão de parecer jurídico concernente à minuta de contrato referente à contratação direta, fundamentada no artigo 24, inciso X da Lei de licitações, cujo objeto é o Locação de imóvel para funcionamento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente deste município.

Vieram aos autos instruídas com seguintes documentos: a) Ofício n° 0110/SEMMA; b) Solicitação de despesa; c) Despacho e Declaração de Adequação Orçamentária; d) Autorização e Autuação do Processo de dispensa de licitação; e) Portaria n.º 081 de 15 de janeiro de 2021 e Portaria n.º 830 de 14 de janeiro de 2022; f) Laudo de avaliação do imóvel; g) Documentação do Imóvel; h) Certidões negativas; i) Documentos pessoais do locador; j) Declaração de Dispensa; l) Contrato administrativo n.º 20220019

É o sucinto relatório. Passamos a análise jurídica.

2- ANÁLISE JURÍDICA

Preliminarmente, antes de adentrarmos ao mérito do presente parecer é de ser verificado que a condução da análise técnico jurídica é vinculada à atividade prevista legalmente da função da advocacia, em especial conforme disposto na Lei Federal n. 8.906/94, que estabelece o Estatuto da Advocacia e da OAB.



Nesta forma, para confecção do presente instrumento, é de ser observada a isenção do profissional e o seu caráter opinativo (Art. 2o, § 3o da Lei referida), corroborado este entendimento pela liberdade administrativa do responsável, gestor, já que este poderá ou não seguir a opinião técnica segundo sua conveniência e finalidade.

Sendo o ato do parecerista um ato opinativo, a manifestação jurídica não se constitui como ato administrativo em si, podendo apenas ser usada como elemento de fundamentação de um ato administrativo posteriormente praticado.

Assim cabe a ressalva técnica que ao gestor público é livre a condução da Administração Pública, subordinando-se, contudo, às vertentes das normas de regência, em especial, os Princípios Constitucionais do Direito Administrativo.

3- FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

O exame desta Procuradoria Geral se dá nos termos do artigo 24, inciso X da Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas pertinentes à espécie, subtraindo-se análises que importem considerações de ordem técnica, financeira ou orçamentária, considerando a delimitação legal de competência do cargo, com teor elucidativo não vinculativo da Autoridade Competente.

O imóvel selecionado pertence a Sr.^a JAMYR GOULART DE SOUZA, brasileiro, portador do CPF nº 183.821.262-00, Avenida 14, n.º 842, centro, da cidade de Rio Maria-Pará, para funcionamento do Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

O período de vigência do contrato será de 01 de fevereiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022, pelo preço de R\$ 19.250,00 (dezenove mil e duzentos e cinquenta reais) anuais. Foi elaborado laudo de avaliação do Imóvel, pela comissão de avaliação de bens imóveis em R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta reais).

De acordo com a Lei nº 8.666/93, poderá ser dispensada a licitação para a locação de imóvel que atenda às necessidades de instalação e de localização condicionem a escolha do mesmo, nos termos do art. 24, inciso X, da Lei das Licitações. Nesse passo, é de se ver que, nos termos dos artigos 24, X, e 25, caput, ambos da Lei nº 8.666/1993, tem-se:

Art. 24. É dispensável a licitação:



X – para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;

Consoante se verifica no dispositivo legal acima a Administração Pública é dispensada de licitar a locação de um imóvel que lhe seja realmente indispensável em razão das necessidades de instalação e localização.

Contudo, para amparar a hipótese de dispensa de licitação deve ser preenchido os requisitos: a) atendimento às finalidades precípuas da administração; b) instalação e localização que condicionem a sua escolha; c) preço compatível; d) avaliação prévia. Neste mesmo sentido, verifica-se que o imóvel é destinado a atender a Secretaria Municipal de Meio Ambiente para o funcionamento da FUNCIONAMENTO DO DEPARTAMENTO SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, o que é corroborado pela análise dos documentos constantes no processo que revelam o cumprimento de todas as formalidades exigíveis, como a localização do imóvel em local conveniente para suas atividades no município, com as acomodações e estrutura em bom estado ao fim que se pretende dar, bem como, a Justificativa de preço, razão da escolha do fornecedor, avaliação prévia do imóvel, justificativa do preço proposto, e Laudo Técnico de Avaliação do Imóvel, enfim, todos os requisitos exigíveis legalmente estão sendo observados no presente caso.

3

Dessa forma, verifica-se que o processo administrativo está formalmente em ordem; há requisição com descrição do objeto, documentos do dono do imóvel, bem como dotação orçamentária prevista.

Portanto, entendemos que o processo atende as exigências contidas no artigo 24, inciso X da Lei de licitações, a luz das disposições legais aplicáveis à espécie, não se constatou impropriedades, considerando, pois, regulares sob o aspecto formal.

4- CONCLUSÃO

Ante o exposto, verificado o atendimento aos preceitos legais que regem a matéria, esta Procuradoria manifesta-se favorável a realização do certame licitatório pretendido por esta Municipalidade, fundamentada no artigo 24, inciso X da Lei de licitações, cujo objeto é a locação de imóvel urbano para o funcionamento da Secretaria

Municipal de Meio Ambiente, podendo ser dado prosseguimento à fase externa, com a publicação e seus anexos.

Encaminhem-se os autos à Comissão Permanente de Licitação para conhecimento e adoção das providências cabíveis. Ressalto que a autoridade administrativa deverá zelar pela correta condução do processo administrativo submetido a exame, sendo de sua inteira responsabilidade a observância às normas legais de regência.

É o parecer, remeto à apreciação do órgão solicitante para análise e deliberação.

Rio Maria, Pará, 18 de fevereiro de 2022

MIRIA KELLY
RIBEIRO DE
SOUSA:748105962
49

Assinado de forma digital
por MIRIA KELLY RIBEIRO
DE SOUSA:74810596249
Dados: 2022.02.18
09:20:23 -03'00'

Míria Kelly Ribeiro de Sousa
OAB/PA nº 22.807
Assessora Jurídica
Dec.191/2021



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE RIO MARIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO MARIA

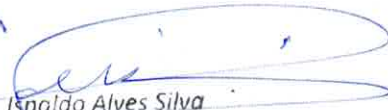


TERMO DE RATIFICAÇÃO

RECONHEÇO a dispensa de Licitação fundamentada no art. 24, inciso X, da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas atualizações posteriores e em consonância com o parecer jurídico acostado aos autos, para a contratação da(o) JAMIR GOULART DE SOUZA, referente à Locação de imóvel para o funcionamento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, deste Município..

RATIFICO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, o Despacho do(a) Ilmo(a). Sr(a). MARCO ANTONIO LAGE ROLIM, Presidente da Comissão de Licitação, determinando que se proceda a publicação do devido extrato.

RIO MARIA - PA, 18 de fevereiro de 2022.


Isnaldo Alves Silva
Secretário Municipal de
Meio Ambiente

ISNALDO ALVES DA SILVA
Secretário Municipal de Meio Ambiente
Decreto n° 004, 01 de janeiro de 2021



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE RIO MARIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO MARIA



EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Comissão de Licitação do Município de RIO MARIA, através do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO MARIA, em cumprimento à ratificação procedida pelo(a) Sr(a) ISNALDO ALVES DA SILVA, Secretário Municipal de Meio Ambiente, faz publicar o extrato resumido do processo de dispensa de licitação a seguir:


Objeto.....: Locação de imóvel para o funcionamento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, deste Município.

Contratado.....: JAMIR GOULART DE SOUZA, CPF sob o nº 183.821.262-00

Fundamento Legal...: art. 24, inciso X, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Declaração de Dispensa de Licitação emitida pela Comissão de Licitação e ratificado pelo(a) Sr(a) ISNALDO ALVES DA SILVA, Secretário Municipal de Meio Ambiente.

RIO MARIA - PA, 18 de fevereiro de 2022.


MARCO ANTONIO LAGE ROLIM
Presidente da Comissão de Licitação
Portaria nº 830, 01 de janeiro de 2022

**Expediente:**

Federação das Associações de Municípios do Estado do Pará - FAMEP

CONSELHO DIRETOR 2017/2020**PRESIDENTE LICENCIADO:** Francisco Nélio Aguiar da Silva – Prefeito do Município de Santarém;**1º VICE – PRESIDENTE E PRESIDENTE EM EXERCÍCIO:** Wagne Costa Machado – Representante Legal do Município de Piçarra;**2º VICE – PRESIDENTE:** José Antônio de Azevedo Leão - Prefeito do Município de Breves.**SECRETÁRIO EXECUTIVO:** Josenir Gonçalves Nascimento**01-AMAM – Carlos Augusto de Lima Gouvêa (Presidente) – Prefeito de Soure****02-AMATCARAJÁS – Jair Lopes Martins (Presidente) – Prefeito de Conceição do Araguaia****03-AMUNEP – Egilásio Alves Feitosa – (Presidente) Prefeito de Inhangapi****04-AMUCAN – Odair José Farias Albuquerque - Respondendo Interinamente (Prefeito de Terra Santa)****05-AMUT – Rosibergue Torres Campos (Presidente) – Prefeito de Porto de Moz****06-COIMP – Marcos Cesar Barbosa e Silva (Presidente) - Prefeito de São Francisco do Pará****07-CODESEI – Cláudio Iago (Representante) – Secretário Executivo****08-COMPART – Flavio Marcos Mezzomo (Presidente) – Prefeito de Breu Branco****09-AMCBM (BELO MONTE) – Leila Raquel Possimoser –(Presidente) Prefeita de Placas****10- COPSAL – Jefferson Ferreira de Miranda (Presidente) – Prefeito de Curuçá****11- CISAT – Maria da Graça Medeiros Matos (Presidente) - Prefeita de Nova Ipixuna****12 – CONSÓRCIO TAPAJÓS – Wilson Gonçalves (Presidente) - Prefeito de Aveiro**

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Pará é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE**GABINETE DO PRESIDENTE**
PORTARIA**PORTARIA Nº 013/2022**

NOMEIA COMISSÃO PARA PROCEDER À AVALIAÇÃO, REAVALIAÇÃO, LEVANTAMENTO E BAIXA DE BENS PATRIMONIAIS INSERVÍVEIS E ANTIECONÔMICOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor Vereador **JORGE LUÍS DE ANDRADE TAVARES**, Presidente da Câmara Municipal de Monte Alegre/PA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, em especial o art. 40, inciso II, e:**RESOLVE:****Art. 1º-** Nomear membros para comporem a Comissão de Avaliação, Reavaliação, levantamento e baixa de Bens Patrimoniais da Câmara Municipal de Monte Alegre/PA.**Art. 2º-**A Comissão de que trata o artigo anterior será composta por 03 (três) membros, sendo:**PRESIDENTE: LUANA COSTA DOS SANTOS**
SECRETÁRIO: WALDICLEIA DA SILVA BARBOSA
MEMBRO: ROSENILCE LOBATO CANUTO**Art. 3º-**Os membros da Comissão de Avaliação, Reavaliação e levantamento dos Bens Patrimoniais da Câmara Municipal de Monte Alegre ficarão responsáveis pela avaliação, reavaliação e levantamento dos bens patrimoniais, para tanto devendo elaborar Laudo de Avaliação Patrimonial, relatório circunstanciado com parecer indicando a baixa de bens inservíveis e antieconômicos.**Art. 4º-**Caberá também a esta Comissão:

- I – Realizar levantamentos específicos no tocante ao uso e disponibilidade de bens integrantes do cadastro patrimonial;
- II – Promover a avaliação dos bens integrantes do acervo da Câmara Municipal, através de seu cadastro central e de relatórios de situação;
- III -Realizar o inventário dos bens patrimoniais com os valores atualizados em conformidade com a avaliação desta Comissão;
- IV-Verificar o registro dos responsáveis por bens integrantes do patrimônio;
- V-Avaliar o estado dos bens e propor o seu reparo, reposição ou baixa;
- VI – Elaboração de relatórios final para serem entregues ao Setor de Contabilidade, onde relate os fatos apurados e que devem ser lançados na contabilidade.

Art. 5º- Caberá a Contabilidade e Controle Interno sempre que necessário assessorar a Comissão na realização de seus trabalhos.**Art. 6º-**Ficará a cargo desta Comissão a elaboração de um relatório contendo os bens móveis de cada setor, responsabilizando cada servidor pelo zelo dos bens pertencentes ao seu respectivo setor.**Parágrafo único:**Em caso de danos, furtos aos bens pertencentes ao Patrimônio, a Comissão notificará o Controle Interno para tomar as devidas providências e apurar o responsável, durante o período de trabalho desta.**Art. 7º-** Nenhum bem poderá ser retirado das dependências da Câmara Municipal ou trocado de setor sem a autorização da Comissão durante o período de trabalho desta.**Art. 8º-**Todos os trabalhos a serem executados pela Comissão deverão ser em conformidade com a legislação vigente.

Dê-se ciência, Registre-se, Cumpra-se e Publique-se.

Câmara Municipal de Monte Alegre, em 22 de fevereiro de 2022.

JORGE LUÍS DE ANDRADE TAVARES
Presidente da Câmara Municipal**Publicado por:**
Luana Costa dos Santos
Código Identificador:F021AE39**ESTADO DO PARÁ**
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO PROGRESSO



Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 05 de fevereiro de 2022 e revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete da Prefeita, 22 de fevereiro de 2022.

MÁRCIA FERREIRA LOPES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Raimundo Coelho Lopes
Código Identificador:CAAB80FB

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO MARIA
PORTARIA N.º 929 - GABINETE

Nomeia servidora que especifica e dá outras providências

A PREFEITA MUNICIPAL DE RIO MARIA, ESTADO DO PARÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E NOS TERMOS DO Art. 97, inc. I; IX e XII da Lei Orgânica do Município de Rio Maria e amparada pela Legislação Municipal vigente:

RESOLVE

Art. 1º - Fica nomeada a Sr.ª **ARLENE GRAPIUNA DE JESUS**, inscrita no CPF/MF sob o n.º 740.946.702-97, para exercer o cargo em comissão de **Vice Diretora do Hospital Municipal**.

Art. 2º - Concede 3/5 (três quintos) de gratificação e 20% (vinte por cento) de adicional de insalubridade para a servidora mencionada.

Art. 2º - Encaminhe-se ao Departamento de Pessoas, para as devidas anotações no prontuário do servidor.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 01 de fevereiro de 2022, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete da Prefeita, 18 de fevereiro de 2022.

MÁRCIA FERREIRA LOPES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Raimundo Coelho Lopes
Código Identificador:C603C6FF

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO MARIA
PORTARIA N.º 917 - GABINETE

CONCEDE GRATIFICAÇÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE RIO MARIA, ESTADO DO PARÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E NOS TERMOS DO Art. 97, inc. I; IX e XII da Lei Orgânica do Município de Rio Maria e amparada pela Legislação Municipal vigente:

DECRETA

Art. 2º - Concede 3/5 (três quintos), 50% (cinquenta por cento) de gratificação extraordinária e 20% (vinte por cento) de adicional de insalubridade ao servidor **CLAUDIO MARCELO DA SILVA**, no cargo de Protético, afeto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º - Encaminhe-se ao Departamento de Gestão de Pessoas, para as devidas anotações no prontuário do servidor.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, atingindo seus efeitos para o dia 01 de fevereiro de 2022.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete da Prefeita, 17 de fevereiro de 2022.

MÁRCIA FERREIRA LOPES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Raimundo Coelho Lopes
Código Identificador:1AF63B9E

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO MARIA
PORTARIA N.º 936 - GABINETE

CONCEDE GRATIFICAÇÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE RIO MARIA, ESTADO DO PARÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E NOS TERMOS DO Art. 97, inc. I; IX e XII da Lei Orgânica do Município de Rio Maria e amparada pela Legislação Municipal vigente:

DECRETA

Art. 2º - Concede 3/5 (três quintos) aos servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação no cargo de motorista, seguinte:

- I – NAVES PEREIRA DE SOUZA;
- II – JOSE CARLOS NOLETO DA SILVA;
- III – FRANCISCO DAS COSTA OLIVEIRA;
- IV – WILLIANS SILVA ROSA;
- V – DENIS SANTIAGO SOARES;
- VI – WARLEY MORAIS DE SOUZA;
- VII – ELIEZIO PEREIRA MOURA;
- VIII – AGEMIRO ARAUJO CAVALCANTE;
- IX – MARCOS PAULO GERALDA REIS MELO
- X – ADÃO FERNANDES COELHO;
- XI – CLAUDIO PEREIRA PAIVA;
- XII – RICARDO MORAIS MACHADO;
- XIII – NIVARDO SOUSA VASCONCELOS;
- XIV – JOSE MARIA SOUZA CARDOSO.

Art. 3º - Encaminhe-se ao Departamento de Gestão de Pessoas, para as devidas anotações no prontuário do servidor.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, atingindo seus efeitos para o dia 01 de fevereiro de 2022.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete da Prefeita, 21 de fevereiro de 2022.

MÁRCIA FERREIRA LOPES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Raimundo Coelho Lopes
Código Identificador:3F94AC07

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO MARIA
TERMO DE RATIFICAÇÃO

RECONHEÇO a dispensa de Licitação n.º 012/2022-000007, fundamentada no art. 24, inciso X, da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas atualizações posteriores e em consonância com o parecer jurídico acostado aos autos, para a contratação da(o) JAMIR GOULART DE SOUZA, referente à Locação de imóvel para o funcionamento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, deste Município. RATIFICO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, o Despacho do(a) Ilmo(a). Sr(a). MARCO ANTONIO LAGE ROLIM, Presidente da Comissão de Licitação, determinando que se proceda a publicação do devido extrato.

RIO MARIA - PA, 18 de fevereiro de 2022.

ISNALDO ALVES DA SILVA
Secretário Municipal de Meio Ambiente
Decreto Nº 004, 01 de Janeiro de 2021

Publicado por:
Janiele Soares
Código Identificador:2DAF5CCC

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO MARIA
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2022-000007

A Comissão de Licitação do Município de RIO MARIA, através do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO MARIA, em cumprimento à ratificação procedida pelo(a) Sr(a) ISNALDO ALVES DA SILVA, Secretário Municipal de Meio Ambiente, faz publicar o extrato resumido do processo de dispensa de licitação nº 012/2022-000007 a seguir: **Objeto:** Locação de imóvel para o funcionamento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, deste Município. **Contratado:** JAMIR GOULART DE SOUZA, CPF sob o nº 183.821.262-00 **Fundamento Legal:** art. 24, inciso X, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. Declaração de Dispensa de Licitação emitida pela Comissão de Licitação e ratificado pelo(a) Sr(a) ISNALDO ALVES DA SILVA, Secretário Municipal de Meio Ambiente.

RIO MARIA - PA, 18 de fevereiro de 2022.

MARCO ANTONIO LAGE ROLIM
Presidente da Comissão de Licitação
Portaria Nº 830, 01 de Janeiro de 2022

Publicado por:
Janiele Soares
Código Identificador:2160CDD9

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO MARIA
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº: 20220019 **ORIGEM:** DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2022-000007 **CONTRATANTE:** FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, CNPJ 18.016.463/0001-07 **CONTRATADA(O):** JAMIR GOULART DE SOUZA, CPF sob o nº 183.821.262-00 **OBJETO:** Locação de imóvel para o funcionamento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, deste Município. **VALOR TOTAL:** R\$ 19.250,00 (dezenove mil, duzentos e cinquenta reais) **PROGRAMA DE TRABALHO:** Exercício 2022 Atividade 18.122.0010.2-129 - Manutenção da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Classificação Econômica 3.3.90.36.00.00 - outros serviços de Terceiros - Pessoa Física **VIGÊNCIA:** 01 de Fevereiro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022 **DATA DA ASSINATURA:** 17 de Fevereiro de 2022

Publicado por:
Janiele Soares
Código Identificador:AB78A27C

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO MARIA
DECRETO N.º 822 - GABINETE

DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE RIO MARIA, ESTADO DO PARÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS:

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado "Ponto Facultativo" nas Repartições Públicas do Município de Rio Maria/Estado do Pará, no dia 28 de fevereiro de 2022.

Art. 2º. Os serviços essenciais à população ficam facultados aos responsáveis pelas secretarias municipais a regulamentação do funcionamento especial dos mesmos.

Art. 3º. O Departamento de Licitação ficará em disponibilidade com expediente nos horários publicados pelos editais de licitações.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete da Prefeita, 23 de fevereiro de 2022

MARCIA FERREIRA LOPES
Prefeita Municipal



Publicado por:
Raimundo Coelho Lopes
Código Identificador:5A9E12CC

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO MARIA
PORTARIA N.º 918 - GABINETE

CONCEDE GRATIFICAÇÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE RIO MARIA, ESTADO DO PARÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E NOS TERMOS DO Art. 97, inc. I; IX e XII da Lei Orgânica do Município de Rio Maria e amparada pela Legislação Municipal vigente:

DECRETA

Art. 2º - Concede 3/5 (três quintos) e 30% (trinta por cento) de gratificação extraordinária ao servidor **JAQUELINE SANTANA DE OLIVEIRA**, no cargo de Assessor Setorial III, afeto a Secretaria Municipal de Assistência e Proteção Social.

Art. 3º - Encaminhe-se ao Departamento de Gestão de Pessoas, para as devidas anotações no prontuário do servidor.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, atingindo seus efeitos para o dia 01 de fevereiro de 2022.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete da Prefeita, 17 de fevereiro de 2022.

MÁRCIA FERREIRA LOPES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Raimundo Coelho Lopes
Código Identificador:DF329C40

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO MARIA
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO

MODALIDADE: Pregão Eletrônico n.º 003/2022 TIPO: Menor Preço por Item OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em locação de van e veículos automotores (diárias/mensal), para atender a demanda da Prefeitura Municipal de Rio Maria, secretarias e departamentos a ela vinculada DATA DA ABERTURA: 08 de março de 2022, às 09h:00min REGIMENTO: Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei nº 8.666, de 21.06.1993, e alterações posteriores, Lei Complementar Federal n. 123/2006 com as alterações da Lei Complementar nº 147/2014, Decretos Federais nº 10.024/19, Decreto Municipal 428, de 02 de junho de 2021 - Regulamenta a modalidade de licitação pregão, na forma eletrônica INFORMAÇÕES: O Edital e seus anexos estarão à disposição dos interessados gratuitamente na página <https://www.riomaria.pa.gov.br/licitacoes-econtratos/> no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br e junto a CPL, das 08h00m às 12h00m, nos dias úteis. Endereço da Prefeitura Municipal: Avenida Rio Maria, nº 660, Centro - Rio Maria - PA, CEP: 68.530-000. Fone C.P.L. (94) 99165-0735.

JANIELE SOARES
Pregoeira.

Publicado por:
Janiele Soares
Código Identificador:E6DFF125



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO MARIA
Governo Municipal

Portaria n.º 031 de 11 de janeiro de 2021.

Nomeia o servidor para fiscal de contrato, especifica e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE RIO MARIA, ESTADO DO PARÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E NOS TERMOS DO ART. 97, I, IX E XII, da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeado o servidor **ISNALDO ALVES SILVA**, inscrita no CPF n.º 178.263.760-49, para acompanhar, fiscalizar a execução de objetos e contratos da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo.

Art. 2º. Determinar que o fiscal ora designado deverá:

I – zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da Lei;

II – avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados e/ou materiais fornecidos pelo CONTRATADO, em propriedade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de validade, eventualmente, propor a autoridade superior a aplicação das penalidade legalmente estabelecidas;

III – atestar, formalmente, nos atos dos processos, as notas fiscais relativas aos serviços prestados e/ou materiais fornecidos, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento.

Art. 3º. Dê-se ciência ao servidor designado e publique-se.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete da Prefeita,

Rio Maria-PA, 11 de janeiro de 2021.

MARCIA FERREIRA LOPES:30026105268
Assinado de forma digital por MARCIA FERREIRA LOPES:30026105268
Dados: 2021.01.13 16:32:50 -03'00'


Marcia Ferreira Lopes
Prefeita de Rio Maria-PA

Avenida Rio Maria – Centro – Rio Maria - Pará
CNPJ: 04.144.176/0001-78

ISNALDO ALVES SILVA:17823676249249
Assinado de forma digital por ISNALDO ALVES SILVA:17823676249
Dados: 2021.01.15 18:10:48 -03'00'

MUNICIPIO DE RIO MARIA:04144176000178
Assinado de forma digital por MUNICIPIO DE RIO MARIA:04144176000178
Dados: 2021.01.13 16:30:16 -03'00'

Publicado na FAMEP em 12/01/2021
Por Raimundo Coelho Lopes

Código Identificador: B24F9CE6
Conforme Lei Municipal n.º 651/2011



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO MARIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO MARIA

AV. RIO MARIA, 660 - CENTRO - RIO MARIA

CNPJ: 04.144.176/0001-78



CERTIDÃO NEGATIVA DE DEBITOS

DO IMOBILIÁRIO

Cadastro 001010320030001
Inscrição 01010320030001

Proprietário
JAMIR GOULART DE SOUZA

Compromissário
JAMIR GOULART DE SOUZA

Logradouro
AVENIDA - 14

Bairro
CENTRO

Loteamento

Exercicio
2022
CPF/CNPJ
183.821.262-00
CPF/CNPJ
183.821.262-00

Número	Lado	Complemento			
00842					
Cep	Setor	Quadra	Lote	Unidade	
68530-000	01	32	09	1	
Setor (lot.)	Quadra	Lote (lot.)	Unidade	Face de Quadra/Seção	

Áreas				Valores Venais		
Terreno	Edificada	Excedente	Testada	Territorial	Predial	Imóvel
200,00m²	99,00m²	0,00m²	10,00m	R\$ 4.176,93	R\$ 29.070,28	R\$ 33.247,21

CERTIFICO, para os devidos fins, a pedido via internet, que revendo os assentamentos existentes nesta Seção, deles verifiquei constar que o imóvel acima descrito, encontra-se quite com o Erário Municipal, até a presente data, relativamente ao Imposto Predial e Territorial Urbano e Taxas. ATENÇÃO : Fica ressalvado o direito da Fazenda Municipal exigir a qualquer tempo, créditos tributários que venham a ser apurados.

Emitida às 15:28:25 do dia 24/02/2022

Válida até 26/03/2022

Código de Controle da Certidão/Número BD74BE449A56AB8C

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

PARECER DO CONTROLE INTERNO

Processo nº 012/2022-000007

Dispensa de Licitação

Objeto: Locação de imóvel para o funcionamento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, deste Município.

Vieram os autos a Controladoria Geral para análise e respectiva emissão de parecer, nos termos do artigo 31 e 70/75 da Constituição Federal de 1988, pertinente ao processo licitatório modalidade Dispensa de Licitação, com objetivo de Locação de imóvel para o funcionamento da da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, deste Município.

ANÁLISE

O processo em epígrafe devidamente analisado na íntegra, encontra-se revestido de documentos:

- Solicitação de despesas;
- Prévia manifestação sobre existência de recursos orçamentários;
- Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira;
- Autorização;
- Laudo de Vistoria e Avaliação do Imóvel;
- Portaria (081/2021) membros da Comissão de Avaliação de Bens Imóveis;
- Autuação;
- Portaria (830/2022) membros da Comissão Permanente de Licitação;
- Nota técnica com Fundamentação Legal, Justificativa da Contratação, Razão da Escolha do Imóvel e Justificativa do Preço;

Prefeitura Municipal de Rio Maria
Avenida Rio Maria, nº 660, Centro, Rio Maria-PA

Fauwk.

- Documentos do Locador;
- Juntada de Certidão Negativa de Débitos;
- Declaração de Dispensa;
- Contrato nº 20220019;
- Extrato do Contrato;
- Parecer Jurídico;
- Termo de Ratificação;
- Extrato de Dispensa de Licitação;

Após análise minuciosa do procedimento licitatório acima referendado, a Controladoria Geral do Município de Rio Maria-PA, no uso de suas atribuições, passa a opinar.

FUNDAMENTAÇÃO

A Constituição Federal em seu artigo 37, inciso XXI, determina que as contratações realizadas pela Administração Pública devam ser realizadas através de licitação que assegure igualdade de condições aos concorrentes, sendo esta a regra para obras, serviços, compras e alienações junto ao Poder Público. Entretanto, a Constituição Federal prevê a possibilidade de exceção à regra de contratação via procedimento licitatório, senão vejamos:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

Favre

XI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes... (grifo nosso).

A regulamentação do referido artigo encontra-se disposta na Lei nº 8.666/93 — Lei de Licitações e Contratos Administrativos, devendo todo procedimento licitatório se basear em suas normas, sob pena de apresentar vícios de ilegalidade passíveis de anulação e demais cominações.

Importa no presente caso, a hipótese de dispensa de licitação, prevista taxativamente no artigo 24 da Lei nº 8.666/93, onde se verifica que a competição é possível, mas sua realização inviável, por não ser oportuna e conveniente à luz do interesse público, ficando a contratação direta a cargo da discricionariedade da Administração.

In casu, a referida dispensa versa acerca de locação de imóvel localizado na Avenida 14, nº 842, Centro, CEP: 68.530-000, para funcionamento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Todavia, a locação em comento, se justifica em virtude de o município não ter um imóvel próprio adequado para abrigar e suprir as necessidades de funcionamento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

O caso em análise, se inclui perfeitamente na hipótese descrita no artigo 24, inciso X da Lei nº 8.666/93, cujo teor assevera o seguinte, *in verbis*:

Art. 24. É dispensável a licitação: [...]

X - para a compra ou locação de imóvel destinado ao

atendimento das finalidades precípua da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;

Sendo assim, cumpre mencionar que o valor contratado se encontra dentro da estimativa da Administração através de Laudo de Avaliação e Vistoria Técnica que atesta a necessidade da locação do imóvel, sendo a dispensa o meio indicado para atender a finalidade pretendida.

Encontra-se no processo a necessária declaração de adequação orçamentária e financeira, a autorização da autoridade competente, a autuação, a portaria de nomeação da comissão de licitação, bem como, a fundamentação legal, a justificativa da contratação e a justificativa do preço.

O parecer jurídico do referido processo opina pela procedência e legalidade da contratação, sendo juntada a Declaração de dispensa e sua Ratificação pela autoridade.

Verifica-se que o contrato nº 20220019 (fls. 27/30), firmado entre as partes obedece aos ditames da legislação pertinente e demais correlatas.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Controladoria conclui que o referido processo se encontra revestido de formalidades legais, no tocante à dispensa e contratação, nos termos da Lei 8.666/93, estando apto para gerar despesas para a municipalidade, desde que observadas todas as considerações avençadas.

Cumpre observar que o procedimento, a partir do presente estágio, deve manter a observação plena ao previsto na legislação da matéria, mormente o determinado nos artigos 24, 26, 38, 61 e demais aplicável da Lei nº 8.666/93, seguindo a regular divulgação oficial dos termos e atos a serem realizados.

Deve-se observar, para tanto, os prazos e disposições legais atinentes à matéria, inclusive atentando quanto à obrigatoriedade de publicação de referidos atos na imprensa oficial e portal dos jurisdicionados do TCM/PA.

É o parecer.

S.m.j

Retorne os autos ao responsável para conhecimento e adoção das providências cabíveis.

Rio Maria, 24 de fevereiro de 2022.

PAULA CAROLINE LEITE
KERHWALD:01745341242

Assinado de forma digital por
PAULA CAROLINE LEITE
KERHWALD:01745341242
Dados: 2022.02.24 15:40:14 -03'00'

PAULA CAROLINE LEITE KEHRWALD
Controladora Geral do Município
Decreto 014/2021

Paula Kerwald
PAULA CAROLINE L. KEHRWALD
Controladora Geral do Município
Decreto 014/2021